

Os Professores de Ensino Superior como Objeto de Estudo e a “Sociologia Prática”

Odaci Luiz Coradini¹

Resumo

O texto tem dois objetivos gerais: apresentar alguns resultados de pesquisa sobre professores de ensino superior como categoria social no Brasil e, também, apontar alguns problemas básicos e limites desse tipo de trabalho nas condições em pauta. No que tange aos professores de ensino superior como categoria social, são apresentados alguns resultados do exame de fontes censitárias e da aplicação de questionários. Nessa aplicação foram recortadas instituições e amostras de professores representativos de condições diferenciadas relativamente à posição social e às condições e exercício profissional. Quanto aos problemas e limites desse tipo de trabalho, são apontados especialmente aqueles decorrentes das concepções “práticas” dos usos das ciências sociais.

Palavras-chave: Professores de ensino superior como categoria social. Ensino superior e estrutura social. Ensino superior e posição social. Análise sociológica e problemas práticos.

As origens e condições de existência do texto

O texto em pauta foi publicado inicialmente numa coletânea em 2013². Na presente edição, as modificações se circunscrevem à atualização de dados censitários usados, inclusive devido à falta dos resultados do Censo de 2010 na época da primeira publicação e pequenas correções na redação. A principal motivação para sua reedição é o aproveitamento da oportunidade de apresentar algumas questões consideradas de fundo e decisivas relativamente à realização deste tipo de trabalho em condições como as brasileiras. No limite, não são apenas as condições e a viabilidade, mas a própria razão de ser que entram em pauta. Mais que concordância ou consenso relativamente aos problemas apresentados, interessa o levantamento de questões e a eventual contribuição para sua discussão.

¹ Professor de ciências sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: coradini@ufrgs.br.

² (Coradini, in Canêdo, Tomizaki e Garcia, 2013, p. 248-271)

Como outros, este texto resulta do aproveitamento parcial de relatório de pesquisa de um projeto com apoio da CAPES/INEP/Observatório da Educação³. Como parece evidente, trata-se de um projeto com apoio naquilo que nas burocracias envolvidas geralmente é designado como "pesquisa induzida", que, aliás, abrange a quase totalidade dos recursos para apoio a pesquisas em ciências sociais no Brasil. Na época, a expectativa era a de que essa "indução" consistia especialmente na definição temática, ou seja, a formulação de projetos de pesquisa centrados em determinados temas pré-definidos pelas fontes financiadoras. Além disso, no caso, era requerido que fossem utilizados os arquivos de dados então coletados e armazenados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ocorre que isso que é referido como pesquisa "induzida" vai muito além das intenções de instrumentalização de resultados da aplicação das ciências sociais tendo em vista problemas de políticas governamentais. Além dessas intenções de instrumentalização de resultados, abrange as próprias concepções de ciências sociais, de sua racionalidade e razão de ser. Além disso, nas condições brasileiras em pauta, abrange muito mais que as intenções dos controladores das burocracias públicas envolvidas, o que poderia parecer óbvio, visto que, no *spoil system* brasileiro, são caçadores de sinecuras mais ou menos profissionalizados nesse tipo de atividade. Porém a concepção restrita da pesquisa "induzida" em ciências sociais diretamente dependente dos controladores de burocracias, mediadores e caçadores de sinecuras, que representariam aquilo que no Brasil geralmente é referido como "política" abrange diretamente também as condições e possibilidades de divulgação e publicação de resultados de pesquisa. Todavia o mais importante a destacar é que nessa esfera da divulgação e publicação de resultados não entram em pauta apenas controladores de burocracias e de recursos, mas também de edições e de critérios de avaliação. Se no que tange aos controladores de burocracias as intenções de "indução" estão mais diretamente voltadas para usos, efetivos ou publicitários, mas sempre "políticos" de resultados de pesquisa, para os controladores de edições e publicações se trata, particularmente, da aplicação de critérios de avaliação

3 (Projeto 03 do Edital 001/2006/INEP/Capes/Observatório da Educação).

que, no caso em pauta, estão centrados especialmente em duas bases de preocupações “práticas”, a saber: o referencial pedagógico e sindical. Porém não se trata apenas da conversão de questões pedagógicas ou sindicais em problemas de investigação sociológica, mas da própria sociologia concebida como instrumentalização “prática”.

Alguns fatos emblemáticos podem ser tomados como indicações ou como ilustrações: no período de vigência do projeto, anualmente era realizado um seminário em âmbito nacional envolvendo o conjunto dos grupos com projetos vigentes no edital em pauta. A principal justificativa, inclusive pública, desses seminários era tornar os projetos “visíveis”. Na abertura de um dos primeiros, o então presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) destacou que o objetivo da alocação de recursos para as pesquisas em pauta consistia na utilização de seus resultados e das próprias ciências sociais para a divulgação da “importância” da educação. Como indicação dessa “importância”, era mencionado o fato de que as políticas educacionais teriam contribuído para a eleição do então presidente da república. Nas considerações finais são destacados alguns problemas mais gerais que podem estar na base disso.

À primeira vista, tratar-se-ia simplesmente do ocupante de um cargo de direção de uma burocracia pública agindo conforme as lógicas de ação que estão na base do recrutamento e controle desse tipo de cargo, que no Brasil é tido como “político”. Em síntese, trata-se simplesmente de exercício de caça a sinecuras, ou na linguagem desse meio, do exercício de “liderança”. Porém, por ser um cargo definido como “político” e integrado a um *spoil system*, não apenas o cargo em pauta, mas o conjunto de interesses e lógicas de ação que confluem para o mesmo também são referidos como “políticos”.

No entanto, como se trata de um *spoil system* multifacetado, não se restringe apenas à ocupação de cargos no topo das burocracias públicas, mas abrange o conjunto dos universos sociais envolvidos e os significados dessa “política” se redefinem e no caso em pauta, envolvendo as questões relativas à “educação”, passa particularmente pelas referências a problemas pedagógicos e/ou sindicais vigentes. Sendo assim, para além da definição dos objetivos das políticas de “indução” da pesquisa nas cúpulas das

burocracias públicas e suas disputas, esse *spoil system* está presente em todas as fases do trabalho. Isso envolve, particularmente, a divulgação e publicação de resultados e não se restringe, portanto, aos cargos nas burocracias públicas.

Evidentemente, isso cria as condições propícias para uma sucessão de mal-entendidos, visto que se trata do confronto de princípios e critérios diversos, mas devido à ambivalência generalizada que constitui este tipo de ambiente, é mais tácito e implícito que abertamente enunciado. No que tange ao trabalho do qual o texto que segue foi extraído, esse tipo de mal-entendido se manifestou particularmente nos critérios de avaliação dos textos solicitados para publicações especiais relativas ao conjunto de projetos em que se inseriam. Das várias publicações especiais providenciadas diretamente pela CAPES e por sua interferência, pelo CNPq, nenhum texto apresentado foi aceito. Por outro lado, nunca foi apresentada qualquer crítica quanto à suposta qualidade dos artigos. Não por coincidência, os textos apresentados tinham como objeto questões como as condições e relações diferenciadas com a escolarização conforme as origens e posição social dos alunos e o tema do texto em pauta, ou seja, os professores como categoria frente às estruturas e hierarquizações sociais. Evidentemente, para a caça de "soluções práticas" para problemas pedagógicos ou, então, para a demonstração da "importância da educação", não se trata de algo que pudesse ser recomendado. Portanto se trataria de publicações previamente definidas e vinculadas à discussão de problemas "práticos" ou "pedagógicos", nesse meio geralmente tidos como "políticos".

Porém, como já foi mencionado, como *spoil system* multifacetado, são abrangidos todos os universos sociais envolvidos e no caso em pauta, isso inclui as publicações, em princípio, menos dependentes da "política". Para se restringir apenas a algumas indicações, podem ser tomadas as tentativas de publicação de resultados desse trabalho em revistas tidas como "especializadas". Nesse caso, mais que os resultados dessas tentativas de publicação, adquirem importância os pareceres das avaliações. Nesse nível menos oficioso fica ainda mais evidente o peso dos referenciais pedagógicos e sindicais e os mal-entendidos decorrentes do confronto de princípios e critérios contraditórios e, no limite, incomunicáveis e, portanto, incompreensíveis. Alguns desses mal-entendidos, geralmente com conotação de indignação,

estão vinculados a publicações mais diretamente associadas a questões específicas ou “práticas” da “educação”. Porém, mesmo quando se trata de publicações de ciências sociais menos diretamente ligadas à “educação” em seu sentido setorial e de valor social, ou seja, o escolacentrismo, quando os resultados das avaliações são positivos, as razões são as mais estranhas. Em síntese, em geral, não está em pauta algum mérito técnico ou analítico, mas o grau de afinidade do texto com determinado referencial vigente.

Isso, no entanto, não significa que a divulgação de resultados do referido projeto tenha sido um fracasso, mas isso decorre de outras razões. A principal dessas razões consiste no abandono ou diminuição dos esforços de publicação no Brasil e na priorização das publicações em âmbito internacional. Isso implica na mudança de ênfase temática, pela simples razão de que as agendas em âmbito nacional e internacional não são necessariamente as mesmas. Evidentemente, temas como as condições sociais de valorização da educação, dentre tantos outros, suscitam mais interesse em âmbito internacional que professores como categoria social no Brasil.

Quanto ao texto em pauta, somente conseguiu ser publicado numa coletânea cujo tema geral, a mundialização ou algo conexo, na época, estava na pauta de temas tidos como importantes. Porém, apesar de se tratar de resultado de um projeto bastante custoso para os padrões brasileiros nas ciências sociais, por envolver bastante levantamento empírico de dados, constitui uma das publicações de menor repercussão do autor. Pior que isso: a repercussão ocorrida está associada particularmente à parte final, onde são sintetizados alguns resultados de uma investigação então em desenvolvimento relativa aos critérios de avaliação do CNPq. Em síntese, trata-se de um tema que pode ser tomado como meio de denúncia.

Quanto aos professores de ensino superior como categoria e posição social, continuaram sem suscitar interesse mais significativo. Pior que isso, numa avaliação retrospectiva, parece que a questão deveria ser reformulada. Já não se trata de saber por que esse tipo de problema tem tantas dificuldades para integrar a agenda das ciências sociais em condições como as do Brasil. O problema pode ser formulado em termos invertidos, ou seja: por que, em condições como essas, esse tipo de problema poderia ser tomado como importante?

Mesmo sem detalhar aqui, sob pena de tornar esta apresentação demasiadamente extensa, devem ser referidos dois condicionantes gerais que estão na base desse tipo de dúvida. O primeiro consiste naquele que pode ser anedoticamente sintetizado na síndrome da confusão do dedo com a lua. Sinteticamente: visto que sempre estão em pauta problemas "práticos", sejam de ordem "política", pedagógica, sindical ou outra qualquer, por mais que as ciências sociais possam ser valorizadas, somente podem ser concebidas como instrumentalização nas tomadas de posição e na mobilização de opiniões relativamente a essas "questões". Consequentemente, tudo aquilo que constitui as ciências sociais e suas preocupações somente é tomado dessa perspectiva, do que resultam as apropriações e reformulações parciais e também os mal-entendidos e as ambivalências e jogos de faz de conta. No caso do texto em pauta, os fundamentos de sua problemática remetem aos problemas associados às relações entre escolarização e recursos e princípios de hierarquização social. Ora, o que isso poderia ter a ver com "soluções" de problemas "políticos" ou pedagógicos?

O segundo condicionante geral, que também não pode ser detalhado aqui, consiste naquilo que pode ser sintetizado na lógica das opções inclusivas. Trata-se de um esquema de entendimento que tende a transformar um dilema entre as opções "A" ou "B" na alternativa "A e B". Evidentemente, esse esquema de entendimento está baseado nas lógicas de ação calcadas no *spoil system* e no sistema de manipulação de alianças e conflitos, do qual decorre a condição de "liderança" e a ocupação de cargos. No que tange à apropriação e usos das ciências sociais, isso se manifesta na perspectiva agregativa que tende a conciliar as concepções e definições mais contraditórias em termos teóricos e epistemológicos a serviço do mencionado sistema de manipulação de alianças e conflitos.

Por fim, um último instrumento que possibilita a apropriação e uso massivo das ciências sociais sem a incorporação de seus fundamentos: ocorre que, desde sua constituição e particularmente das proposições de M. Weber, a investigação em ciências sociais está calcada nas relações entre a constituição do agente, com os respectivos recursos ou condições de ação. É o caso, por exemplo, de substituição da questão das definições de religião pela apreensão das lógicas de ação do agente que oferece ou que procura bens de salvação. Nas condições em pauta, como as ciências sociais

somente podem ser apreendidas e usadas a serviço de alguma questão já socialmente constituída, a problemática da constituição e das lógicas de ação do agente, por definição, está excluída. Disso resultam, os estranhamentos frente a trabalhos que tomam, por exemplo, os professores frente às hierarquizações sociais, sem incluir as “questões” próprias da “educação”. Em todo caso, esses esquemas de entendimento e de apropriação e usos das ciências sociais podem ser socialmente muito eficazes, nas condições do respectivo “contexto”, como aqueles do Brasil.

Delimitação do problema e apontamentos metodológicos

Apesar de que o eixo temático proposto esteja centrado nas relações com os centros internacionais, é pressuposto que dependem diretamente das condições de existência e estruturação da categoria ocupacional dos professores de ensino superior. Isso implica numa série de obstáculos para a apreensão das condições dessas relações. Em primeiro lugar, esses obstáculos decorrem do fato de que apesar de os professores de ensino superior constituírem uma categoria formalmente muito delimitável, até porque têm como base relações de emprego e títulos escolares, num nível mais concreto é extremamente amorfa e segmentada. Além disso, em segundo lugar, para além do discurso sindical, quase não se encontra nada de registro mais elaborado de suas condições de existência e diferenciação. Por outro lado, quase toda a bibliografia que serve de base de referência a esse tipo de estudo não tem alguma situação periférica, como aquelas em pauta, como referência empírica.

A principal hipótese geral perseguida nesse trabalho é a de que, nas condições em pauta, os professores de ensino superior são mais dependentes dos centros internacionais, e do poder “político”, em suas hierarquizações, segmentação e legitimação. Por outro lado, o peso e as modalidades dos efeitos dessas relações dependem diretamente das condições específicas de cada segmento. No limite, não são os professores de ensino superior enquanto categoria ocupacional que se relacionam com os centros internacionais, mas alguns de seus segmentos, particularmente aqueles mais diretamente associados com atividades de pesquisa e, mais ainda, de gestão de organismos universitários ou públicos em geral. Portanto, nas condições em pauta, maior circulação internacional equivale ao maior grau de

associação também, com as atividades de gestão. Isso está ligado às tendências recentes na expansão e diversificação do ensino superior, que tendem a aprofundar a divisão de trabalho e a segmentação entre diferentes atividades tidas como próprias de professor de ensino superior, particularmente as de ensino e de pesquisa. Essas últimas, de pesquisa, ocupam uma posição hierarquicamente superior, são as que se vinculam mais diretamente à circulação internacional e, como não ocorre algum grau de autonomia relativa, mas osmose e subordinação às atividades e ocupação de cargos de gestão, também há uma fortíssima interdependência entre a circulação internacional e a ocupação de cargos de gestão, seja no âmbito universitário ou em termos mais gerais.

Sendo assim, ainda conforme a hipótese geral defendida, a divisão de trabalho e a hierarquização dos diferentes tipos de atividades relativas à condição de professor de ensino superior, nessas condições, estão subordinadas a uma espécie de *spoil system*, no qual os cargos e as respectivas atividades tidas como de algum modo associadas à gestão e, por extensão, à "política" se situam no topo. Porém, diversamente do *spoil system* definido classicamente tendo como principal base a vinculação da ocupação de cargos governamentais às vitórias eleitorais (WEBER, 1984, p. 1088-1090), não apenas as relações com os processos eleitorais, mas tudo o que pode envolver cargos com poder de decisão política, que no Brasil em sua quase totalidade são ocupados com base em indicações (de "confiança", "políticos", em "comissão"). Como nesse meio as relações com a política são decisivas, particularmente nos níveis hierarquicamente mais elevados do espaço escolar, conjuntamente com as atividades de pesquisa, numa espécie de causação circular, as referências internacionais também são decisivas como recurso de legitimação para a ocupação de cargos de gestão em burocracias universitárias ou governamentais em geral. Quanto às atividades de pesquisa estrito senso, como indicado adiante, somente podem se constituir como recurso de entrada nesses níveis mais elevados e na condição de que estejam ligadas às de gestão.

Esse crescimento da segmentação dos professores de ensino superior já foi constatado por meio de outras pesquisas, abrangendo indicações gerais relativas a diversos países, sendo atribuído a causas como a "massificação" do ensino superior e a "globalização" (STROMQUIST *et al.* 2007,

p. 120-122). Também foi constatado algo semelhante especificamente para os professores de sociologia nos Estados Unidos (WEEBER, 2006). Porém, a hipótese defendida aqui é a de que, nas condições periféricas, que tornam as relações com a política e, portanto, com o capital de relações sociais como determinantes na hierarquização social, o crescimento da segmentação está associado com as relações das diferentes atividades com as respectivas posições e recursos sociais e institucionais de seus responsáveis e com as políticas e recursos oficiais.

Tendo em vista a amplitude temática e os limites do espaço disponível, é inevitável o caráter um tanto genérico do texto. Em todo caso, num primeiro item são expostas algumas indicações gerais relativas aos professores de ensino superior como posição social, com base em informações censitárias (censos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE). Esses indicadores são complementados com outros mais centrados na divisão de trabalho do conjunto dos professores de ensino superior (Censo da Educação Superior do INEP). Por fim, são apresentados alguns dos resultados parciais de uma pesquisa com amostras estatisticamente representativas de três universidades brasileiras. Duas delas são centrais: a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é pública e a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, que é particular confessional. A terceira representa uma das situações das mais periféricas, que é a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).⁴

Os professores de ensino superior como categoria ocupacional e posição social

Apesar das fortes diferenças internas (contrariamente ao discurso sindical e inclusive de certo senso comum), os professores de ensino superior se posicionam no extremo superior do espaço social. Isso inclui os recursos econômicos. Visto que não se dispõe de informações relativas ao montante do patrimônio, a alternativa é a utilização dos rendimentos, que nas fontes censitárias podem ser tomados em várias modalidades (do trabalho

⁴ *Esse texto resulta do aproveitamento de partes de um relatório inédito elaborado para um projeto com o apoio da CAPES (Projeto 03 do Edital 001/2006/INEP/Capes/Observatório da Educação).*

principal, de todos os trabalhos, total de rendimentos). Tendo em vista que ocorrem fortes diferenças quanto à quantidade de tempo de trabalho, o que tem efeitos nos rendimentos médios, também foi usado um indicador resultante da divisão dos rendimentos de todas as fontes pelo total de horas semanais trabalhadas (seguindo sugestão de Lam e Schoeni, 1993).

Como a categoria ocupacional dos professores de ensino superior é muito específica, diversamente dos usos correntes das classificações ocupacionais que habitualmente são operadas por meio de agrupamentos, nesse caso é conveniente usar também o conjunto das categorias específicas. Isso porque, conforme o tipo de agrupamento utilizado os professores podem ocupar a primeira posição no extremo superior dos rendimentos ou então alguma pouco abaixo. Porém, ao usar o conjunto de todas as classificações ocupacionais e não algum tipo de agrupamento, é possível discernir aquelas ocupações que eventualmente se situam acima ou abaixo da posição dos professores de ensino superior.

Tomando o resultado da divisão do montante de rendimentos de todas as fontes pelo total de horas semanais de trabalho no censo de 2000, relativamente à média para cada uma das 511 categorias ocupacionais, apenas onze se situam acima daquela dos professores de ensino superior. Essas categorias são quase todas de dirigentes ou de portadores de títulos escolares mais valorizados, a saber, em ordem decrescente: juízes e desembargadores (média de R\$ 176,77 e desvio padrão de 101,25 frente à média de todo o universo de R\$16,54 e desvio padrão de 35,93), ministros de tribunais, promotores e defensores públicos e afins, procuradores de empresas e autarquias, profissionais da navegação aérea, diretores gerais, pilotos de aviação comercial e navegadores e mecânicos de voo e afins, legisladores, médicos, diretores de áreas de apoio, dirigentes gerais na administração pública e, por fim, na 12^a posição, os professores de ensino superior (média de R\$ 92,63 e desvio padrão de 97,29). Nesse caso, os professores de educação infantil (com nível médio) se situam no nível do conjunto dos trabalhadores de serviços, abaixo da média geral do conjunto do universo e outras categorias de professores de ensino fundamental e médio se situam em posições próximas. Os professores de ensino médio com formação superior se situam um pouco acima (média de R\$ 38,12).

Ao tomar as respectivas médias do total de rendimentos, e não o resultado da divisão pelo total de horas semanais de trabalho, ocorrem pequenas modificações. Nesse caso, ainda tomando o Censo de 2000, os professores de ensino superior passam a ocupar a 16ª posição no extremo superior, no conjunto das 511 categorias ocupacionais. Isso ocorre porque há uma maior proporção de professores de ensino superior com quantidade de horas semanais, em média, menor que as demais categorias. Em todo caso, isso não chega a representar alterações significativas.

Ao tomar os rendimentos médios para o período anterior ou posterior (censos de 1970, 1980 e 1991 e PNADs) também não ocorrem alterações mais significativas. Em alguns períodos a posição dos professores de ensino superior é mais extrema no topo ou então, abaixo de uma quantidade maior de categorias ocupacionais, mas sem mudar significativamente. Por exemplo, no Censo de 1991 ocorre uma quantidade maior de categorias situadas acima da média de rendimentos dos professores de ensino superior, mas naquele de 1980 ocorrem poucos e naquele de 1970 apenas os médicos e dentistas têm rendimentos médios mais altos.

No censo de 1970 os professores de ensino superior aparecem como professores de educação superior. No que tange ao total de rendimentos têm 7,26 vezes a média do conjunto do universo. Na década seguinte, com a denominação de professor universitário, essa superioridade do total de rendimentos sobre o conjunto do universo se reduz para 4,80 vezes, mantendo-se próxima disso em 1991, com 4,64 vezes a média geral. Em 2000, com a denominação de professores de educação superior mantém essa posição (4,70 vezes a média do conjunto do universo) e, por fim, no Censo de 2010, com essa mesma denominação, sofrem uma pequena redução na média de rendimento total frente àquela do conjunto do universo, para 4,14 vezes. Todas as demais categorias de professores têm menos da metade do montante de rendimentos frente àqueles de ensino superior. A categoria geralmente mais próxima é aquela dos professores de ensino secundário, que têm média de rendimento total de 3,04 vezes aquela do conjunto do universo em 1970, decrescendo para 2,01 vezes em 1980, 1,77 vezes em 1991, 1,75 vezes em 2000 e 1,75 vezes a média do conjunto do universo em 2010. Portanto, mesmo frente à categoria escolar e economicamente

mais próxima, dos professores de ensino secundário, os professores de ensino superior mantêm uma posição própria e específica.

Isso se manifesta, inclusive, na evolução da quantidade de anos de estudo e sua relação com o total de rendimentos, ou seja, o grau de retorno econômico da escolarização. No Censo de 1970 os professores de educação superior tinham média de anos de estudo de 5,39 vezes a do conjunto do universo, decrescendo para 3,51 em 1980, 2,82 em 1991 e 2,31 vezes a média do conjunto do universo em 2000 (em 2010, o Censo não dispõe de informações sobre a quantidade de anos de estudo). Por sua vez, os professores de ensino secundário, que tinham média de anos de estudo de 4,76 vezes aquela do conjunto do universo em 1970, tiveram um decréscimo para 3,28 vezes em 1980, para 2,56 vezes em 1991 e para 2,07 vezes, em 2000. Apesar de que as definições e critérios de inclusão e de subdivisão dos professores de ensino secundário sejam relativamente variáveis e, portanto, não completamente compatibilizáveis no conjunto da série temporal, é possível ter uma boa aproximação. Disso resulta que a razão entre a média de rendimento total sobre aquela dos anos de estudo para os professores de ensino superior é de 1,34, em 1970, passando para 1,36, em 1980, 1,64, em 1991 e 2,03, em 2000. Por sua vez, para os professores de ensino secundário essa razão era de 0,63 em 1970, passando para 0,61 em 1980, para 0,69 em 1991 e 0,84 vezes em 2000. Portanto, as condições de valorização econômica da escolarização são extremamente mais vantajosas para os professores de ensino superior, comparativamente aos de ensino secundário. Isso é ainda mais contundente ao tomar a maior parte das demais categorias de professor, escolar e profissionalmente mais distantes dos professores de ensino superior.

Conjuntamente com a elevação do grau de titulação escolar ou de anos de estudo e do aumento da proporção de mulheres, o crescimento das faixas de menos tempo de dedicação ao trabalho principal representa uma das poucas tendências mais nítidas que podem ser observadas no período com dados censitários disponíveis (1970–2000). A comparação, no entanto, não é fácil, devido aos diferentes critérios pré-codificados de recorte das faixas para cada período. De qualquer modo, fica evidente que esse aumento das faixas de tempo parcial é mais intenso a partir do Censo de

1991, em comparação com o de 2000. Nesse período houve o crescimento dos professores de ensino superior de todas as faixas de menos de 30 horas semanais de dedicação ao trabalho principal. Conseqüentemente, a faixa que representa a moda estatística, de 31 a 40 horas semanais, que equivalia a bem mais da metade (63,99%), em 1991 foi reduzida a pouco mais da metade (51,88%) em 2000.

Apesar da precariedade das fontes, com informações meramente administrativas, esse peso quantitativo dos professores com regime de trabalho de tempo parcial também pode ser constatado no Censo da Educação Superior do INEP. Embora os anos com informações disponíveis não permitam a organização de alguma série temporal significativa e as indicações de cunho administrativo contribuam muito pouco para o exame dos efeitos das modalidades de organização e controle, no que tange aos administradores e aos proprietários de estabelecimentos são um pouco mais consistentes em relação ao regime de trabalho e à titulação escolar dos professores. Essa distribuição por regime de trabalho e por titulação está diretamente associada com o tipo de organização (faculdades, faculdades integradas, centros universitários, universidades) e seu controle e propriedade (públicos, privados, etc.) e respectiva posição nas relações centro-periferia. Ao tomar pelo Censo de Educação Superior de 2007 (INEP, 2007), no extremo de um dos polos se situam as universidades federais, com mais de quatro quintos dos professores com tempo integral e quase todo o restante como substitutos e temporários (15,60%), restando uma parte insignificante de horistas (0,50%). As instituições estaduais se aproximam dessa situação, com a maior parte dos professores (69,80%) como estatutários e quase um quinto (19,40%) como substitutos, além de uma pequena parte (3,50%) como horistas ou em outras situações. Por sua vez, as instituições municipais inclusive nesse aspecto se assemelham muito às particulares. Mais da metade (50,30%) de seus professores são horistas e pouco mais da décima parte (11,80%) são substitutos. O restante se distribui por diferentes modalidades de regime de trabalho. Quanto às particulares, os horistas chegam à quase metade (48,50%) e praticamente todo o restante é composto por “professores do quadro”, sem especificação da quantidade de tempo de trabalho contratado. Por fim, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas se aproximam dessa situação, mas com menos

de um terço (30,00%) dos professores como horistas, uma pequena parte (2,70%) como substitutos e todo o restante como “professores do quadro”, sem especificação da quantidade de tempo de dedicação.

Com o grau de titulação escolar dos professores que, conjuntamente com o regime de trabalho, constitui um dos principais recursos, ocorre algo semelhante. Nesse caso também o extremo de um dos polos é ocupado pelas instituições federais, incluindo as universidades e demais tipos de organização institucional, com quase metade (48,00%) dos professores com o título de doutor e quase a terça parte (27,76%) de mestre, restando uma pequena parte de especialistas (9,89%) e de graduados (14,50%). A situação das instituições estaduais é muito próxima (40,30% de doutores, 28,80% de mestres, 21,1% de especialistas e 9,70% com apenas a graduação). Nesse aspecto também a situação das instituições municipais se aproxima daquela das particulares, com quase metade dos professores com o título de mestre (40,00%) ou especialista (3,60%), menos de um quinto (16,10%) de doutores e uma pequena parte (7,30%) com apenas a graduação. As particulares mantêm proporções quase idênticas às municipais, com uma quantidade ainda menor de doutores (9,30%) e quase quatro quintos como mestres (38,60%) ou especialistas (41,00%), além daqueles com apenas a graduação (11,00%). Por fim, a situação das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas se assemelha ainda mais à das municipais (17,00% de doutores, 41,30% de mestres, 30,10% de especialistas e 11,50% com apenas a graduação).

Outro recurso básico sobre o qual é possível obter alguma indicação é relativo à situação na divisão do trabalho e hierarquização das atividades universitárias. Mais especificamente, trata-se da quantidade de horas semanais dedicadas à pesquisa, supondo que o principal das atividades restantes seja dedicado ao ensino. Nesse aspecto também as instituições federais ocupam a posição extrema do polo que representa a maior quantidade de tempo dedicado à pesquisa. Quase a quarta parte (23,20%) dos professores das instituições federais dedica 71 horas ou mais à pesquisa; do restante a maior parte tem dedicação de 30 a 70 horas (42,50%) e pouco mais da terça parte (34,30%) dedica até 29 horas. A situação das instituições estaduais é quase idêntica àquela das federais (24,50% com 71 horas ou

mais de dedicação à pesquisa, 47,90% de 30 a 70 horas e 27,60% com até 29 horas). Nesse aspecto também a situação das instituições municipais é muito semelhante àquela das particulares. Mais da metade (51,30%) está na faixa de até 29 horas do tempo dedicado à pesquisa, mais da terça parte entre 30 e 70 horas e apenas menos da décima parte (9,30%) com 70 horas ou mais. Essa concentração na faixa de até 29 horas é ainda maior para as instituições particulares, com mais da metade (63,80%) e quase todo do restante (29,00%) na faixa de 29 a 70 horas e apenas uma pequena parte (7,2%) com 70% ou mais do tempo dedicado à pesquisa. Algo semelhante, embora em menor grau, ocorre com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas (56,30% até 29 horas, 33,00% de 30 a 70 horas e 10,60% com 70 horas ou mais). Como se trata de classificações administrativas, não é possível aferir essa dedicação à pesquisa por algum critério qualitativo, com exceção da titulação. Nesse aspecto também as instituições federais e estaduais ocupam a posição extrema da maior titulação. Dos pesquisadores das instituições federais, quase a terça parte (29,00%) são doutores na faixa de 30 a 70 horas do tempo dedicado à pesquisa, outros quase um quinto na faixa de 71 ou mais horas e a situação das estaduais é quase idêntica. No extremo oposto, as particulares têm menos de um décimo (8,70%) de doutores na faixa de 30% a 70% e uma proporção mínima (4,00%) de doutores na faixa de 71% ou mais. A situação das instituições municipais é muito semelhante àquela das particulares e a das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas se aproxima, mas em menor grau.

A hierarquização das atividades e as relações centro/periferia em três casos exemplares

Tendo em vista as limitações relativas às fontes, foi aplicado um questionário para um universo recortado buscando a maior representatividade possível das modalidades de relações com a condição e o exercício de professor de ensino superior e seus condicionantes. Os principais eixos de preocupações que estruturam as 48 questões desse questionário são as que seguem: a) um primeiro eixo centrado nas origens sociais, composição familiar e características do grupo familiar de origem e por aliança e algumas outras variáveis demográficas tidas como pertinentes; b) o trajeto escolar,

desde o ensino elementar até o grau mais alto obtido; c) o trajeto profissional e suas relações com a condição e o exercício de professor de ensino superior; d) as relações com as diferentes atividades tidas como próprias do exercício de professor de ensino superior; e) as relações com diferentes esferas de atividades, ligadas à representação de interesses vinculados à condição de ensino superior ou a outras; f) a avaliação de diferentes aspectos da condição de professor de ensino superior, das condições de sua profissionalização e temas correlatos.

Desse modo, a amostra contemplou uma instituição pública tida como central, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma particular, no caso, confessional também tida como central, a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUCRJ) e, por fim, uma instituição tida como das mais periféricas, a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), unidades de São Gonçalo e de Niterói⁵. Para a UFRJ e a PUCRJ foi calculada uma amostra estatisticamente representativa do conjunto dos professores tendo como critério sua distribuição por regime de trabalho, visto que a questão central em estudo consiste nas relações com a carreira de professor de ensino superior. No caso da instituição representativa das condições mais periféricas, a UNIVERSO, inclusive como decorrência das condições associadas a essa posição, não foi possível proceder por meio de recorte de representatividade estatística com base no regime de trabalho, visto que praticamente não existe o regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva. Além disso, a diversidade de condições entre os professores de regime parcial, que em conjunto com os chamados horistas engloba a quase totalidade dos professores, é muito maior. Frente a essas condições, foram tomadas duas unidades geográficas dessa instituição, ou seja, aquela de São Gonçalo e a de Niterói e foi aplicado o questionário de modo censitário. Os únicos professores excluídos foram os poucos casos de recusa e aqueles em situação particular, como os afastados, por diferentes motivos.

5 Tendo como critério de cálculo da amostra a distribuição dos professores por regime de trabalho e erro padrão de 5% foi aplicado um total de 394 questionários para os professores da UFRJ e 300 para a PUCRJ. Como mencionado, para a UNIVERSO, tendo em vista que praticamente todos os professores têm regime de tempo parcial, foram tomadas duas unidades geográficas (São Gonçalo e Niterói) e aplicado o questionário de modo censitário, abrangendo 376 indivíduos. Portanto, o conjunto do universo pesquisado é composto por um total de 1070 indivíduos.

Em todo caso, essas duas unidades parecem muito representativas do conjunto das demais mantidas por essa instituição e abrangem a totalidade das disciplinas ou áreas de conhecimento dos cursos oferecidos.

No item a seguir são expostos alguns resultados da exploração dessa base de dados, tendo em vista o problema em pauta. Trata-se, particularmente, das relações com a carreira de professor de ensino superior, com o regime de trabalho, com as diferentes atividades e sua hierarquização, com o mencionado *spoil system* e, por fim, com a realização de cursos no exterior. A hipótese geral é a de que há uma forte homologia entre as posições relativamente às origens e posição social, ao regime de trabalho, à composição do dispêndio do tempo de trabalho, às relações com as atividades e cargos de gestão e, portanto, ao *spoil system* e, por fim, às chances de realização de cursos no exterior.

Essas homologias entre as posições resultantes das relações entre as origens sociais e os trajetos escolares e profissionais, a distribuição do dispêndio do tempo de trabalho entre diferentes atividades, o regime de trabalho, a ocupação de cargos de gestão e a circulação internacional não atingem o conjunto do universo de modo homogêneo. Sendo assim, apesar da confluência das tendências gerais ocorrem oposições e respectivas polarizações que, apesar de não poderem ser apresentadas em detalhes, devem ser esboçadas.

Ao confrontar as principais variáveis emerge um primeiro polo constituído por professores mais fortemente associados ao espaço escolar, com mais capital escolar e com origens sociais mais altas. O regime de trabalho mais diretamente associado a esse polo é o de tempo integral, com maior proporção dos que nunca exerceram atividades profissionais fora daquelas de professor de ensino superior. Quanto ao capital escolar, há maior proporção com doutorado e dos que realizaram algum curso no exterior. Ainda quanto à posição social, estão mais diretamente associados com as faixas de rendimento mais altas, são vinculados aos estabelecimentos mais centrais (UFRJ e PUCRJ), mas, devido às origens sociais altas, há maior proporção dos que consideram que não houve alteração, comparativamente à situação dos pais. No que tange ao dispêndio do tempo de trabalho, esse polo está mais diretamente associado com as atividades de pesquisa e

as de gestão de organismos da própria universidade e, inclusive, a ocupação de cargos oficiais mais gerais ligados à pesquisa e ao ensino. A esse primeiro polo se opõe um segundo que, quanto ao regime de trabalho está mais diretamente associado com o tempo parcial e quanto ao estabelecimento de vínculo, à UNIVERSO. Com origens sociais as mais baixas, no que tange às relações com o espaço escolar, há maior proporção não apenas daqueles que tiveram em períodos anteriores, mas também dos que ainda mantêm atividades externas àquelas de professor de ensino superior. O grau de titulação é bem mais baixo, com destaque para os com mestrado ou especialização e com aqueles sem qualquer curso no exterior. Além disso, nesse polo a idade média é bem menor e quanto ao montante de rendimentos, está mais diretamente associado com as faixas mais baixas. Mesmo assim, diversamente do polo anterior, há maior proporção dos que consideram que em seu respectivo trajeto houve ascensão social, comparativamente à situação dos pais. Quanto ao dispêndio do tempo de trabalho em atividades na universidade, nesse polo ocorre a predominância absoluta daquelas de ensino. Também ao contrário do polo anterior, predominam os que nunca exerceram cargos em organismos oficiais ligados à pesquisa e ao ensino, na administração universitária ou em sindicatos e associações profissionais.

Mas, apesar dessas relações diretas, em posições opostas, entre origens sociais, trajeto escolar e profissional, posição social, regime de trabalho, distribuição do dispêndio do tempo de trabalho entre diferentes atividades e circulação internacional nesses dois primeiros polos, também se configura um terceiro. Nesse ocorre uma relativa autonomia, embora com menor peso quantitativo. Esse terceiro polo também está associado com origens sociais mais baixas comparativamente ao conjunto do universo, tanto no que tange à ocupação como ao grau de escolarização dos pais. Conseqüentemente, há maior proporção dos que consideram que houve ascensão social comparativamente à situação dos pais. Em contraste com essas origens sociais, o capital escolar medido pelo grau do último título é dos mais altos, com maior associação com os com doutorado. Quanto às relações com a carreira de professor de ensino superior, o regime de trabalho mais diretamente associado é o de tempo integral, sendo o estabelecimento de vínculo com maior aproximação a UFRJ. Também há maior participação dos que nunca exerceram atividades externas às de professor de ensino

superior. Por fim, no que tange à distribuição do dispêndio do tempo de trabalho nas atividades universitárias, há certa proximidade com a situação do primeiro polo, apesar das diferenças relativamente às origens e aos trajetos sociais. A associação mais forte ocorre com as atividades de pesquisa. As atividades de ensino, apesar de intensas nesse polo estão abaixo da média do conjunto do universo. Em síntese, no que tange ao capital escolar e ao trajeto profissional, os integrantes desse polo se assemelham à posição dominante daqueles do primeiro, mas quanto às origens sociais ocupam o extremo da posição oposta.

No polo oposto a esse terceiro, configurando uma quarta concentração, apesar das características em geral contrastantes àqueles, há maior grau de heterogeneidade. Em todo caso, se trata de origens sociais mais altas, tanto no que tange à ocupação como ao grau de escolarização dos pais. Apesar dessas origens sociais mais altas, as faixas de rendimento mais diretamente associadas a esse quarto polo são as mais baixas. Conseqüentemente, a avaliação do respectivo trajeto mais diretamente associada é aquela de que não houve alterações ou então, de que houve descenso social comparativamente à situação dos pais. Esses rendimentos mais baixos estão relacionados com o regime de trabalho, com maior participação daqueles em tempo parcial, sendo que nesse polo as atividades como professor de ensino superior não sejam exclusivas. Além do regime de trabalho, essa situação está diretamente associada com a idade média menor e, portanto, com uma fase inicial do ciclo profissional. Em todo caso, no que tange ao capital escolar esse polo está associado com as posições mais baixas, com maior proporção dos com apenas o mestrado.

Em síntese, o exame do processo de profissionalização das atividades de professor de ensino superior tem como base as relações com as ocupações externas e com a distribuição do tempo de trabalho na universidade. Um tanto de modo discrepante relativamente às hipóteses iniciais, a quantidade de professores de ensino superior com atividades profissionais externas não chega a ser a principal característica do estágio atual da profissionalização, nas condições estudadas. Mais que a quantidade de dedicação a atividades externas, o que caracteriza esse processo de profissionalização é a segmentação dos professores relativamente às atividades externas conforme as modalidades de sua inserção institucional. A existência e a

quantidade de atividades externas, por definição, estão diretamente associadas ao regime de trabalho. A distribuição por regime de trabalho é diretamente condicionada pelo tipo de estabelecimento e respectiva posição nas relações centro/periferia.

Quanto à distribuição do tempo de trabalho nas diferentes atividades, que também está diretamente associada com o regime de trabalho e o tipo de estabelecimento, a principal tendência constatada é a da segmentação entre de um lado, a grande quantidade daqueles cujas de trabalho são constituídas basicamente pelas atividades de ensino e, de outro, aqueles que têm na pesquisa boa parte do dispêndio de tempo de trabalho. Porém, mais que a quantidade absoluta desse tempo de trabalho dispendido em pesquisa, isso tem efeitos no significado das demais atividades, particularmente aquelas de ensino e de gestão de organismos escolares ou públicos em geral. Diversamente do previsto pelas hipóteses iniciais de trabalho, muitas atividades que não aquelas de ensino, de pesquisa e de gestão universitária, como as de consultoria, assessoria, extensão universitária, em geral têm peso pouco significativo e bastante segmentado conforme determinadas disciplinas. Porém, se por um lado, particularmente nos estabelecimentos com posição mais central, há um segmento com trajeto social e profissional mais centrado e dependente do espaço escolar, que poderia indicar no sentido do um processo de autonomização relativa, por outro, esse segmento mais voltado para as atividades de pesquisa e de ensino também abrange as atividades de gestão. Ou seja, se por um lado ocorre certo distanciamento das atividades externas e até daquelas de ensino, tendendo a formar um grande segmento especializado e subordinado em condições mais precárias, por outro, a maior dedicação às atividades de pesquisa está diretamente associada ao controle também daquelas de gestão. Desse modo, a oposição entre o capital científico em seu sentido mais escolar ao capital burocrático (BOURDIEU, 2001, p. 101) não ocorre, havendo uma espécie de amálgama e subordinação à gestão.

Mas, como mencionado, a distribuição conforme a circulação internacional ou a realização de algum curso no exterior é homóloga àquela do regime de trabalho, e quanto a esse ponto, cabe um melhor detalhamento, inclusive porque, apesar da existência do mencionado terceiro polo indicando no sentido de alguma autonomia relativa do capital

escolar para uma parte do universo estudado, ao tomar em conjunto isso não ocorre.

Relativamente à realização de curso no exterior no questionário aplicado foram apresentadas diversas questões, nem todas com possibilidade de codificação relativamente à quantidade, o tipo ou nível, instituição de destino, período e quantidade. Nem todas essas questões permitem alguma codificação mais consistente de seus resultados, inclusive devido à forte dispersão, por abranger professores de todas as áreas. Em termos estritamente quantitativos, do universo estudado, 38,6% realizaram pelo menos um curso no exterior, na maior parte dos casos, o doutorado, outros 10,7% realizaram dois, e uma pequena parte (2,1%) realizou mais de dois cursos no exterior.

Tomando inicialmente apenas pela realização ou não de algum curso no exterior, sem maiores especificações, a exemplo dos professores com regime de tempo integral, o primeiro aspecto que se destaca são as origens sociais mais altas. Quase a metade tem pai classificado no agrupamento dos profissionais das ciências e das artes ou com curso superior. Além disso, no que tange ao próprio grupo familiar e suas relações com o espaço escolar, uma maior proporção tem cônjuge/companheiro também professor de ensino superior. No que tange às origens geográficas, há maior quantidade dos nascidos em outros países. Além disso, o montante de rendimentos desses com algum curso no exterior é muito mais alto. Mesmo assim, devido às origens sociais mais altas, há uma maior proporção dos que consideram que não houve alterações relativamente à situação dos pais. Quanto ao capital escolar, há um grau de titulação muito mais alto, com três quartos com doutorado. Mais da metade, contra a terça parte do conjunto do universo, tem regime de trabalho de tempo integral. A atividade universitária com maior tempo de dedicação é a pesquisa. Porém, também há maior tempo dispendido em atividades de gestão, com quase três quartos já tendo ocupado cargos desse tipo.

Por outro lado, aqueles sem qualquer curso no exterior, como já mencionado, apresentam condições homólogas aos com regime de trabalho em tempo parcial. Com origens sociais mais baixas, nas quais se destaca a ocupação do pai no agrupamento dos trabalhadores dos serviços e

trabalhadores rurais – inclusive produtores, sendo tanto o pai como a mãe com apenas até o equivalente ao 1º grau. Com rendimentos médios mais baixos, mas mesmo assim com maior proporção dos que consideram que houve ascensão social comparativamente à situação dos pais. Com titulação escolar mais baixa, na qual se destacam aqueles com mestrado ou especialização, no que tange ao regime de trabalho, há uma proporção muito maior dos com tempo parcial. Quanto às atividades na universidade ocorre uma fortíssima associação com as de ensino e para boa parte, esse tipo de atividade é exclusivo. Por fim, mais da metade nunca exerceu qualquer cargo na gestão universitária e quase a totalidade nunca ocupou qualquer cargo em organismos oficiais ligados à pesquisa e ao ensino.

Em síntese, por um lado, a não circulação internacional está diretamente associada a uma segmentação mais geral dos professores de ensino superior e mais especificamente, àqueles cujas relações profissionais com o espaço escolar consistem basicamente em atividades de ensino, além das origens sociais mais baixas. Essa segmentação somente pode ser mais bem apreendida se tomada por meio dos diferentes mercados específicos que condicionam essas relações com o espaço escolar, o que vai além dos limites do presente texto. Por outro lado, a circulação internacional está diretamente associada a determinadas condições e posições no espaço escolar, dentre as quais, a maior titulação, o regime de trabalho em tempo integral, maior dispêndio de tempo de trabalho em atividades de pesquisa e, também, na ocupação de cargos na gestão universitária ou cargos oficiais em geral.

Embora também não possa ser desenvolvida aqui, sendo inclusive objeto de outro trabalho, essa interdependência da circulação internacional relativamente ao regime de trabalho, titulação mais alta, dedicação à pesquisa e à ocupação de cargos deve ser especificada. Como apresentado, em termos de análise mais objetivista, é possível vislumbrar a configuração de um terceiro polo que aponta no sentido de alguma autonomia relativa do espaço escolar, que abrange uma parte dos professores estudados. Isso, no entanto, não implica na emergência de alguma oposição explícita entre o “capital de autoridade propriamente científico e um capital de poder sobre o mundo científico”, ou seja, “o princípio burocrático de poder temporal sobre o poder científico” (BOURDIEU, 2001, p. 101, 113–114).

Nas condições periféricas estudadas, o problema da autonomia que emerge e se explicita está diretamente associado às possibilidades de gestão institucional e financeira dos estabelecimentos escolares, não abrangendo, portanto, o espaço escolar propriamente dito⁶. Se por um lado a “inscrição da formação de elites é mais forte nos países cujos sistemas educacionais são influenciados pelo estrangeiro”, por outro essas tendências “[...] não impedem a sobrevivência de características estruturais e culturais nacionais.” (DARCHY-KOECHLIN e VAN ZANTEN, 2005, p. 22). Como já mencionado no início, a hipótese de trabalho mais geral perseguida é a de que todas as relações e atividades ocupacionais em pauta estão subordinadas a um *spoil system*, que difere daquele que originalmente serviu de base para a formulação da própria categoria (WEBER, 1984, p. 1088-1090) por depender menos de processos eleitorais e ser mais multifacetado. Consequentemente, o principal recurso na hierarquização escolar é o capital de relações sociais ou aquilo que nesse meio em geral é designado como “política”⁷. Desse modo, as atividades e a ocupação de cargos de gestão intermediam o capital de relações sociais no interior do espaço escolar e desse com o conjunto de cargos públicos com poder “político”.

Como um caso exemplar desse tipo de situação, pode ser mencionada sinteticamente a regulamentação de um dos programas de incentivo à pesquisa mais difundidos entre os professores pesquisados. Trata-se das regras de concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Qualquer leitura dessas regras leva à conclusão imediata de que se trata da projeção direta, sistemática e explícita da posição de ocupantes de cargos de direção “burocrática” (no sentido brasileiro) de gestão pública e de manipulação de capital de relações sociais. Evidentemente, basta qualquer exame superficial das respectivas origens e trajetos sociais e profissionais para constatar que não apenas se trata de detentores de carreiras de ocupantes desse tipo de cargo como, também, de um *ethos* de valorização desse tipo de carreira.

6 Um bom conjunto de casos exemplares desse “problema da autonomia” visto e definido da perspectiva “administrativa” ou “política”, via de regra, tratado por agentes com trajetos e carreiras centradas na ocupação de cargos de direção “burocrática”, pode ser consultado em: Morhy (2003).

7 Para a definição de capital social como “redes duráveis de relações” que podem ser mobilizadas, ver: Bourdieu (1980, p. 2). Sobre o caráter particularístico do capital social, em oposição àquilo que pode ser universalizável, ver: Coradini (2010).

Porém, mesmo num nível mais geral, apesar de se tratar de cargos ocupados com base em alguma espécie de capital de relações sociais, as relações com o mencionado *spoil system* brasileiro e com o conjunto de instâncias de consagração de “elites” são diferenciadas.

Disso resulta um esquema de recrutamento, seleção e hierarquização no qual as atividades mais “técnicas” se situam no extremo inferior e as mais “políticas” (e transcendentais)⁸ no extremo oposto. Simultaneamente, está presente um conjunto de pressupostos de reconversões no qual o sucesso na carreira implica na passagem por diferentes níveis e tipos de atividades como se fossem de natureza semelhante, embora de níveis hierárquicos distintos. É o caso da pesquisa propriamente dita, das publicações, da participação em “eventos” e demais investimentos na acumulação de capital de relações sociais e, particularmente, as atividades e cargos de gestão. No topo, numa definição típica de ação política em sociedades de capitalismo de gestão, o ápice da carreira é definido como tendo a capacidade de “liderança” como critério e recurso principal.

Simultaneamente a esses princípios de recrutamento e hierarquização e da pressuposição da conversibilidade dos respectivos recursos e valores, além da centralidade da “gestão” ou da “política”, está presente um esquema de salvaguardas e de delimitação da concorrência. Os principais mecanismos desse esquema de salvaguardas e de delimitação da concorrência consistem na já mencionada pressuposição da conversibilidade dos recursos requeridos nas diferentes atividades, na utilização simultânea ou alternada de pesos relativos e de regras de exclusão absoluta e na manipulação da temporalidade.

Apesar de autoevidente, cabe destacar alguns pontos desse documento do CNPq que regulamenta a concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (CNPq, 2009)⁹. Mesmo mantendo-se no nível das regras gerais e, portanto, sem considerar as particularidades de cada comitê assessor de

8 *Sobre o caráter necessariamente transcendente da legitimação política ver especialmente Lagroye (1985).*

9 *A versão utilizada é a mais recentemente disponível quando da elaboração do texto. Como se trata de regras e critérios com revisões periódicas, pode ocorrer algumas alterações em algumas versões. Porém, nunca ocorrem mudanças significativas, inclusive, porque os princípios que as fundamentam e a composição e os critérios de recrutamento dos responsáveis são sempre os mesmos.*

área, o primeiro ponto a destacar é que a “produção científica”, que representaria o polo mais diretamente associado com o espaço escolar consiste em apenas um componente. Além dessa “produção científica”, os critérios de todos os comitês devem incluir a “formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação”, a “contribuição científica e tecnológica e para inovação”, a “coordenação ou participação principal em projetos de pesquisa” e, por fim, a “participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica” (CNPq, 2009, item 1.3.4). Portanto, mesmo que essa “produção científica” fosse tomada em seu sentido estrito, o que, como é indicado adiante não é o caso, representaria apenas um polo que se inscreve num conjunto de cinco critérios gerais. O segundo desses critérios, que preconiza a “formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação”, embora possa parecer diretamente associado às atividades de ensino, remete mais diretamente a uma definição gestonária desse tipo de atividade, como “formação de recursos humanos”. Além disso, a exemplo dos componentes desse tipo de instância que formula essas regras, pressupõe a inserção em estruturas específicas de ensino, ou seja, os cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado.

Porém, o que deve ser destacado é que todos os demais critérios gerais estão diretamente associados ou constituem atividades de gestão e de acumulação e utilização de capital de relações sociais. Inclusive, sua própria ordenação evolui daquelas atividades de gestão supostamente mais próximas da pesquisa (o polo “escolar” e contingente) até, no final, as mais gerais e, portanto, distintas (o polo “político” ou transcendente). A primeira dessas regras, da “contribuição científica e tecnológica e para inovação”, com alto grau de indefinição e de ambivalência, geralmente passa por especificações nos respectivos comitês das áreas de conhecimento. Em todo caso, é indicativa no sentido de que não se trata de mera “produtividade em pesquisa”, mas daquilo que pode ser considerado como “inovação”, cuja linguagem, novamente, tem uma forte conotação de concepção “gestonária”. A diversidade do que é considerado como “inovação” pelos comitês é extremamente ampla, podendo envolver desde a geração de material didático, formulação ou legitimação de novas “questões” socialmente constituídas ou então “políticas públicas”, em todo caso, sempre associadas a alguma

“questão” tida como socialmente importante ou em processo de reformulação com possibilidades de apropriação pelas instâncias de financiamento à pesquisa. No quarto item, que prescreve a “coordenação ou participação principal em projetos de pesquisa” as atividades de gestão, no sentido estrito, passam a ser o elemento principal. Por fim, no último item, que prescreve a “participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica” as atividades de gestão já não se limitam àquelas vinculadas ao controle da pesquisa, mas abrange as instituições em geral.

Porém, deve ser destacado que nesse esquema classificatório e de apreciação que, como já mencionado, constitui o produto direto e sistemático de um conjunto de posições decorrentes de determinados processos de recrutamento e cooptação, mais que a importância atribuída à gestão, trata-se de uma concepção que tem nisso, ou na “política” em geral, a matriz geradora daquilo que é tido como socialmente importante, inclusive da “produtividade em pesquisa”. A hierarquização das bolsas de produtividade em pesquisa em níveis é homóloga àquela do mencionado *spoil system*. Inclusive suas relações com os valores e recursos “técnicos” ou “escolares” evidenciam isso à exaustão. Nessa hierarquização das bolsas em níveis, os critérios de ingresso no “sistema” e a ascensão aos níveis de hierarquização e o conjunto de “filtros” correspondentes mantêm uma homologia direta com a hierarquização das espécies de recursos e de princípios de legitimação que se confrontam no *spoil system* e se bipolarizam conforme o grau de proximidade com o polo “técnico” (ou “escolar”) ou, então, no polo oposto, com a “política” e a retribuição “simbólica” das “elites” como princípio geral. Esse esquema é homólogo, inclusive, aos princípios de recrutamento e avaliação do conjunto do sistema de ensino brasileiro, no qual o grau de anonimato é inversamente proporcional ao nível do título ou do cargo em disputa.

Desse modo, é pressuposta alguma espécie de continuidade ou de conversibilidade “natural” entre as atividades de pesquisa, as publicações, orientação, gestão de projetos de pesquisa ou de instituições em geral, “assessorias” a organismos governamentais, celebração e consagração individual e coletiva, além do engajamento em associações. Em síntese, trata-se da passagem do “pesquisador” para o “político”. Porém o mais importante

a destacar é que esses critérios deixam de ter efeito como sistema de pesos relativos para se converter em barreiras absolutas em determinadas situações. Sendo assim, aquilo que poderia ser visto como um sistema de filtragem e hierarquização de pesquisadores, com determinados perfis e recursos particulares, passa a ser exclusividade daqueles que, embora originalmente tenham atuado em pesquisa, apresentam recursos e disposição ou propensão para se converter em gestor ou “político”. O peso a ser atribuído às publicações chega a ser quantificado, variando conforme os critérios de cada comitê de área, na maior parte entre 50% e 60% do conjunto da avaliação.

Em síntese, na circulação internacional não entram em pauta os professores de ensino superior e nem os pesquisadores enquanto tais, mas aquilo que podem ter de relações com o *spoil system*. Como interessa aos componentes desse mesmo *spoil system* a inserção em novos mercados internacionais, isso pode resultar em maiores investimentos em circulação internacional, inclusive de professores de ensino superior e pesquisadores. Isso, no entanto, não envolve diretamente o espaço escolar, mas seu polo melhor posicionado, tanto em termos de capital escolar como de capital de relações sociais.

Considerações finais

As condições e limitações para o estudo de temas como este em pauta, no Brasil, estão associadas à situação periférica, mas também a outros condicionantes. Dentre esses condicionantes, se destacam as particularidades do objeto de estudo frente às concepções predominantes de ciências sociais nessas condições periféricas.

Embora essas questões mais gerais não possam ser detalhadas aqui, cabe destacar algumas consideradas como centrais. Isso pode contribuir para a contextualização dos problemas enfrentados em estudos como aquele do qual resultou o presente texto e sua amplitude para muito além do estudo de professores de ensino superior. Como é sabido, nos centros internacionais, nas últimas décadas, as ciências sociais tiveram muitos avanços teóricos e metodológicos, além da disponibilidade de novas tecnologias e acesso a fontes de informações empíricas anteriormente não disponíveis. Com isso se intensificou uma série de problemas de ordem teórica e

epistemológica que abrangem o questionamento das próprias possibilidades de existência das ciências sociais enquanto tais, além dos problemas teóricos e metodológicos mais específicos. Porém, para o que está em pauta, esse tipo de problema não vem ao caso, inclusive porque, no que tange à periferia o principal efeito da expansão das ciências sociais consiste nas tentativas de seu uso de alguns de seus resultados.

Embora possa parecer uma particularidade, essa concepção e prática das ciências sociais como instrumentalização de tomadas de posição relativamente a problemas “práticos” tem implicações muito mais gerais. Evidentemente, isso envolve uma concepção de ciências sociais como possibilidade de instrumentalização para ações “práticas”, mas implica também em conceber as diferentes lógicas de ação e respectivas racionalidades em termos de continuidade. Desse modo, as diferenças entre as lógicas de ação envolvidas na dinâmica das ciências sociais e aquelas da formulação e legitimação de “questões”, relativas à “educação” ou a outro tema qualquer, podem ser até reconhecidas. Porém, dessa perspectiva, trata-se mais de diferenças de graus que propriamente de contradições entre algo de natureza distinta e excludente.

Embora no texto seja mencionada a presença de referências a problemas “práticos” como obstáculo ao reconhecimento do objeto de estudo em pauta, como aquelas associadas a perspectivas pedagógicas ou sindicais, fica evidente que isso está baseado num outro condicionante geral. Trata-se da ambivalência generalizada, diretamente associada às condições periféricas, que, simultaneamente, absorvem as proporções dos fundamentos das ciências sociais, inclusive no que tange às exigências de sua autonomia e adotam posições de sua mera instrumentalização e o que é mais importante, como se não houvesse contradição.

Nessas condições, a propensão ao raciocínio analógico, recorrente em estudos de categorias típicas do ocidente moderno, como os professores de ensino superior, nem chega a se destacar. Trata-se daquela tendência em tomar como referencial alguma definição conceitual tendo em vista sua “aplicação” ao caso em pauta. Evidentemente, disso resultam as redundâncias e tautologias mais recorrentes, mas que, no caso, como mencionado, nem chega a ser recorrente. Ao que tudo indica, a principal razão disso

decorre do fato de que ao tomar alguma categoria de professores tendo em vista seu estudo enquanto posição social há a limitação de não se tratar de algum tema associado a alguma “questão”. Ou seja, nessas condições, o raciocínio analógico nem chega a se manifestar significativamente, pela falta generalizada de interesse pelo tema.

Porém, se por um lado, a especificidade do tema o torna pouco atraente e, conseqüentemente, menos propenso ao seu uso por meio de raciocínio analógico, por outro, por se tratar de um objeto sem associação direta com algum referencial de constituição social de alguma “questão” torna mais evidente o problema da concepção do objeto. Como já foi mencionado, nas condições em pauta, as ciências sociais são naturalmente concebidas e postas em prática como tentativas de instrumentalização a serviço de algum problema “prático”, no caso, particularmente aqueles relativos à “educação”. Porém, para além dessa concepção geral, é necessário considerar o problema da formulação do objeto e de seus fundamentos. Como se trata de instrumentalização tendo em vista problemas “práticos”, evidentemente, os fundamentos do objeto de estudo, implícitos ou explícitos têm como base determinados princípios morais, no caso, particularmente da moral cívica vigente. A rigor, essas abordagens cujo fundamento consiste em algum princípio da moral cívica vigente, seja o grau em que há “democracia”, em que é “cidadã”, “sustentável” ou outra categoria moral, qualquer não opera com objetos de investigação no sentido sociológico. A própria fundamentação de determinada posição frente à “questão” em pauta, seja no que tange à “educação” ou a outra “questão” qualquer ou às respectivas políticas governamentais (no jargão vigente, “políticas públicas”) é tomado como objeto. Ou seja, o “problema” sociológico consiste na conversão e instrumentalização, por meio da utilização de “conceitos” e dados empíricos, de determinada posição presente nos próprios confrontos “práticos” na constituição social da “questão” em pauta. Em casos extremos isso chega a ser oficializado em manuais de metodologia, como a utilização da noção de “objeto empírico”. Evidentemente, além da ausência de objeto no sentido propriamente sociológico, esse tipo de perspectiva implica sempre em redundância e tautologia. Isso porque é pressuposto determinado efeito socialmente positivo na adoção dos princípios em pauta. As “hipóteses”

tendem a se constituir na comprovação "prática" desses efeitos já previstos e prescritos na formulação do "problema".

Disso resulta aquilo que na introdução do texto é referido anedoticamente por intermédio da metáfora da confusão do dedo que indica com a lua que é indicada. Ocorre que a definição de "objeto" de pesquisa como um problema "prático" ou moral implica na formulação de determinado código de leitura também dos eventuais resultados da pesquisa. Isso implica também no já mencionado problema da ambivalência generalizada própria de condições periféricas, que tende a conceber as diferenças das lógicas de ação e de racionalidade entre investigação sociológica e legitimação de tomadas de posição "prática" como se tratando de graus e não de algo de natureza distinta. Uma das principais consequências desse tipo de perspectiva consiste na confusão generalizada entre o objeto de pesquisa e o tema em pauta em sua definição socialmente e até oficialmente constituída. Consequentemente, os próprios trabalhos tendem a ser classificados e interpretados dessa perspectiva do respectivo tema, como algo relativo à "educação", à "segurança", e assim por diante. Não por coincidência, são essas as classificações próprias também das burocracias públicas, fontes, inclusive, dos recursos de pesquisa.

Ainda quanto à concepção "prática" das ciências sociais, é necessário destacar que não se trata apenas de esquemas de entendimento, mas de perspectivas calcadas numa estrutura que pode se reforçar com sua própria expansão. Embora se trate apenas de indicações que não podem ser generalizadas, os dados apresentados no texto reforçam a hipótese de que o aumento quantitativo dos professores de ensino superior não implica em algum fortalecimento da autonomia do espaço universitário. Embora ainda haja muito a ser investigado para a apreensão das condições disso, parece evidente que, além do tipo de capitalismo em pauta, na base situa-se o *spoil system* brasileiro. Como os dados apresentados também indicam a concepção e uso "prático" das ciências sociais, não constituem alguma exclusividade de caçadores de sinecuras ou controladores de cargos burocráticos. Em síntese, tudo indica haver condições para que este tipo de uso das ciências sociais possa se retroalimentar. Visto que a expansão da quantidade de professores de ensino superior e das atividades de pesquisa não implicam na emergência de algum polo com posições teóricas e epistemológicas

com postura de defesa de algum grau de autonomia, as próprias condições de legitimação desse uso “prático” das ciências sociais não parece enfrentar grandes problemas de legitimação. Ocorre que, em condições como essas, com predomínio absoluto de uma concepção “prática” das ciências sociais, calcado numa estrutura com base no *spoil system*, os próprios usos “práticos” acabam servindo de meio de legitimação.

Sendo assim, essa concepção “prática” das ciências sociais pode dispor de condições de legitimação e, inclusive, de expansão, o que tem diversas implicações. Embora não caiba ser detalhado aqui, é necessário mencionar que essa legitimação “prática” e eventual expansão desse tipo de ciência social que se legitima pelas supostas possibilidades de aplicação “prática”, além das possibilidades de expansão, também conta com sua compatibilidade com a incorporação de novas tecnologias de coleta e processamento de dados empíricos. Ironicamente, a expansão dos usos desse tipo de ciências sociais pode tornar os países periféricos mais distantes daquilo que é concebido e praticado nos centros ocidentais. Pode parecer estranho que isso ocorra exatamente na fase de maiores contatos (na linguagem nativa, “intercâmbio”) com esses centros, mas os centros internacionais também dispõem de sua própria “periferia” e não constituem algo homogêneo. Evidentemente, nessas condições não é possível pressupor algum denominador comum no conjunto daquilo que é considerado de algum modo como pertinente às ciências sociais. Também não é possível pressupor alguma possibilidade de sua legitimação como resultado de sua universalização. Mas essas questões estão além dos limites do presente texto.

Referências

- Badie, B. **Le Développement Politique**. 5e. Édition. Paris, Economica, 1994.
- Bourdieu, P. “Le capital social”, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 31, jan., 1980. pp. 2-3.
- Bourdieu, P. **La noblesse d’Etat; Grandes écoles et esprit de corps**. Paris, Minuit, 1989.
- Bourdieu, P. **Science de la Science et Réflexivité**. Paris, Éditions Raisons d’Agir, 2001.
- CNPq. Anexo I da RN-016/2006 – Bolsas Individuais no País; Nova Redação dada pela RN 009/2009, publicada no DOU em 30/04/2009; http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm (disponível em 10/02/2011)

Coradini, O. L. "The divergences between Bourdieu's and Coleman's notions of social capital and their epistemological limits", **Social Science Information**, vol. 49, nº4, dec., 2010. pp. 563-583.

Coradini, O. L. Os professores de ensino superior como posição social: segmentação interna e relações com os centros internacionais, in Canêdo, L., Tomizaki, K. e Garcia Jr., A. (orgs.). **Estratégias Educativas das Elites Brasileiras na Era da Globalização**. São Paulo, HUCITEC Editora-Fapesp, 2013. P. 248-271.

Darchy-Koechlin, B. e Van Zanten, A. "Introduction", **Revue Internationale d'Education-Sèvres**, nº 39, sep., 2005. Pp. 19-23.

INEP. Censo da Educação Superior 2007. **Microdados**. Brasília, INEP, 2007. *Compact Disc*.

Lagroye, J. La légitimation. In. Grawitz, M. e Leca, J. (dir.). **Traité de Science Politique; La science politique, science sociale; L'ordre politique**. Paris, Presses Universitaires de France, 1985. p. 395-467.

Lam, D. e Schoeni, R. F. "Effects of family background on earnings and returns to schooling: evidence from Brazil", **Journal of Political Economy**, vol. 101, nº 4, 1993. pp. 710-740.

Morhy, L. (org.). **Universidade em Questão**. Brasília Ed.Univ.de Brasília, 2003.

Stromquist, N. P. et al. The contemporary professoriate: towards a diversified or segmented profession?", **Higher Education Quarterly**, Vol. 61, nº 2, april 2007. pp. 114-135.

Weber, M. **Economia y Sociedad; Esbozo de sociologia comprensiva**. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

Weeber, S. C. 2006. "Elite versus mass sociology: um elaboration on sociology'academic caste system", **The American Sociologist**, winter. pp. 50-67.

Higher Education Professors as Study Object and the “Practical Sociology”

Abstract

This paper seeks to present some research results about higher education professors as a social category in Brazil and, in addition, to point some basic problems and limits of this type of study in such conditions. When dealing with higher education professors as social category, the study presents some results from an examination of census sources and from the application of questionnaires. In this application of questionnaires, institutions and samples of professors representatives of distinct conditions relating to social position and to professional conditions and exercise were framed. Regarding the problems and limits of this type of study, it points out to the “practical” conceptions of the uses of the Social Sciences.

Keywords: Higher education professors as social category. Higher education and social structure. Higher education and social position. Sociological analysis and practical problems.

Recebido em: 10.08.2017

Aprovado em: 16.02.2018